

CAROLINA XAVIER DA SILVEIRA MOREIRA

**O DEVER DE RENEGOCIAR
EM CONTRATOS DE
LONGA DURAÇÃO**

De acordo com a Lei da Liberdade Econômica
À luz da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

1ª edição

LiberArs
São Paulo – 2020

O dever de renegociar em contratos de longa duração

● 2020, Editora LiberArs Ltda.

Direitos de edição reservados à
Editora LiberArs Ltda

ISBN 978-65-86123-54-8

Editores

Fransmar Costa Lima

Lauro Fabiano de Souza Carvalho

Revisão técnica

Cesar Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

M838d Moreira, Carolina Xavier da Silveira

O dever de renegociar em contratos de longa duração: de acordo com a Lei da Liberdade Econômica à luz da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) / Carolina Xavier da Silveira Moreira. - São Paulo, SP : Editora Liber Ars, 2020.
215 p. : 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-86123-54-8

1. Direito civil. 2. Contratos de longa duração. 3. Renegociação de contratos. I. Título.

2020-1522

CDD 347

CDU 347

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Todos os direitos reservados. A reprodução, ainda que parcial, por qualquer meio, das páginas que compõem este livro, para uso não individual, mesmo para fins didáticos, sem autorização escrita do editor, é ilícita e constitui uma contrafação danosa à cultura.
Foi feito o depósito legal.

Editora LiberArs Ltda

www.liberars.com.br
contato@liberars.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1	
A CONDUTA HUMANA NAS	
RELAÇÕES JURÍDICAS DE LONGA DURAÇÃO.....	19
1 A RELAÇÃO HUMANA POR DETRÁS	
DA RELAÇÃO PATRIMONIAL	19
2. A INTERSECÇÃO ENTRE RELAÇÃO HUMANA E RELAÇÃO	
PATRIMONIAL E O DEVER DE RENEGOCIAR.....	21
3. O INCREMENTO DO PAPEL DA COLABORAÇÃO	
NAS RELAÇÕES SOCIAIS.	22
4. A BOA-FÉ OBJETIVA E SEUS REFLEXOS	
NAS RELAÇÕES JURÍDICAS	25
5. O DEVER DE COOPERAÇÃO E O DEVER DE RENEGOCIAR	
NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE LONGA DURAÇÃO	27
 CAPÍTULO 2	
O RISCO CONTRATUAL	31
1. O RISCO ORIGINALMENTE ASSUMIDO E OS	
PARÂMETROS ACEITÁVEIS DE SUA VARIAÇÃO	31
2. O RISCO E SUAS INTEMPÉRIES EM	
CONTRATOS DE LONGA DURAÇÃO	35
3. O RISCO E A PANDEMIA DECORRENTE DO	
NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)	38
 CAPÍTULO 3	
O MUNDO EM CRISE E O DIREITO PARA A CRISE	41
1. O MUNDO EM CRISE	41
2. O DIREITO PARA A CRISE.....	43
2.1. SOLUÇÕES INTERNACIONAIS.....	43
2.1.1. ALEMANHA	43

2.1.2. ITÁLIA.....	44
2.1.3. FRANÇA.....	46
2.1.4. PORTUGAL.....	47
2.1.5. PRINCÍPIOS DO UNIDROIT.....	49
2.1.7. DRAFT COMMON OF FRAME REFERENCE (DCFR).....	53
2.1.8. OS PARÂMETROS TRAZIDOS PELAS SOLUÇÕES INTERNACIONAIS.....	55
2.2. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	57
2.2.1. LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	57
2.2.2. LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA.....	59
2.2.3. CÓDIGO CIVIL	60

CAPÍTULO 4

O DEVER DE RENEGOCIAR EM

CONTRATOS DE LONGA DURAÇÃO.....63

1. O DIREITO PREVENTIVO E A CONSERVAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	63
2. INADIMPLENTO, RESOLUÇÃO CONTRATUAL E O DEVER DE RENEGOCIAR.....	67
2.1. A UTILIDADE DA PRESTAÇÃO E O DEVER DE RENEGOCIAR ..	67
2.3. AUTONOMIA PRIVADA E O DEVER DE RENEGOCIAR.....	73
3. O DEVER DE RENEGOCIAR	76
3.1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA	76
3.2. OS CONTORNOS DO DEVER DE RENEGOCIAR	79
3.5.1. MEDIDAS COERCITIVAS E OS PODERES DO JULGADOR	105
3.5.1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	105
3.5.1.2. MEDIDAS COERCITIVAS À DISPOSIÇÃO DA PARTE PREJUDICADA.....	107
3.5.1.3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018.....	109
3.5.2. TUTELA CONFERIDA AOS TERCEIROS PREJUDICADOS.....	111
3.5.2.1. TERCEIROS QUALIFICADOS	111
3.5.2.2. TERCEIROS EM GERAL.....	114

CONCLUSÃO117

REFERÊNCIAS.....122

NOTAS.....139